

IDEOLOGIA E ÉTICA MILITAR NO BRASIL

FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA – CORONEL R1 DO EXÉRCITO BRASILEIRO

“Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas ideias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes.”¹

Manifesto Comunista

INTRODUÇÃO

As primeiras palavras do prólogo do Manifesto Comunista têm um tom soturno: *Um espectro ronda a Europa — o espectro do comunismo* (MARX; ENGELS, 2003, p. 25). E seu último parágrafo lança uma ameaça: *Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista! Os proletários nada têm a perder senão os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!* (MARX; ENGELS, 2003, p. 58). Como fica explícito no trecho em epígrafe, a Liga Comunista e os redatores do Manifesto lançavam um claro alerta ao mundo: o comunismo chegava para provocar uma profunda transformação nas instituições tradicionais, e seus métodos seriam violentos.

A despeito desse tom claramente ameaçador dirigido aos governos e às classes dirigentes, são frequentes as expressões de surpresa e inconformidade entre as esquerdas com o surgimento e propagação de correntes de pensamento anticomunistas. Para os grupos simpáticos ao comunismo, o anticomunismo é visto como *uma “ideologia negativa” (chamado, em termos polêmicos, anticomunismo “visceral”, ou seja, baseado numa oposição global ao comunismo e não na adesão positiva a valores autonomamente escolhidos)*, como coloca Luciano Bonet (In BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1998, p. 34).

O estranhamento em relação ao anticomunismo é grande o suficiente para provocar no meio acadêmico inúmeras iniciativas de pesquisa em busca das raízes dessa ideologia. No Brasil, muitos pesquisadores têm se dedicado a investigar o fenômeno do anticomunismo, tratando-o quase como um enigma ou um fenômeno patológico, originado em alguma forma de ideologia fascista ou em motivações malignas.²

A proposta deste trabalho é explicar o anticomunismo, não apenas como uma simples reação ao surgimento e expansão da ideologia comunista, mas como consequência direta e mesmo esperada dessa ideologia. Devido à limitação de espaço e de escopo deste trabalho, seu enfoque ficará restrito ao anticomunismo que se desenvolveu no âmbito da oficialidade das Forças Armadas brasileiras em meados do Século XX e suas inter-relações com o projeto de revolução brasileira em gestação no início da década de 1960 e que veio a desembocar na derrubada do presidente João Goulart e no estabelecimento de um regime militar que durou 21 anos e foi fortemente alimentado pelo anticomunismo.

ANTICOMUNISMO

Segundo Luciano Bonet, em uma simples definição vocabular, o anticomunismo deveria ser entendido *como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas* (In BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1998, p. 34). O anticomunismo não existe como uma ideologia em si mesmo. É mais propriamente uma reação à ameaça lançada pelo comunismo contra as instituições tradicionais e as ideias de liberdade econômica e política. Em consequência, como constatou Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 15), *o anticomunismo é, antes que um corpo*

homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo mais impera a heterogeneidade.

O comunismo anunciava a Revolução, a dissolução das instituições vigentes e a construção de um mundo novo. E revolução significa violência contra aquelas instituições, seus representantes e os estratos mais favorecidos da sociedade, entendidos como “classes dominantes”. Segundo Gianfranco Pasquino,

Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica (In BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1998, p. 1121).

Outra característica da revolução é a ideia da “tomada do poder”,³ no sentido de que as transformações políticas, econômicas e sociais trazidas por esse recomeço são um caminho sem retorno. Após a revolução, viria a consolidação do novo regime e sua perpetuação.

Observa-se que há nisso uma profunda incongruência: por um lado, a revolução é feita em nome dos interesses dos cidadãos, mas por outro, a necessidade de criar uma nova institucionalidade exige a consolidação de um regime que não aceita disputar a permanência no poder, negando aos mesmos cidadãos a liberdade de fazer novas escolhas a partir de mudanças nos seus interesses e do surgimento de novas circunstâncias.

FORÇAS ARMADAS E ESTADO

Para que se entenda a posição dos militares em relação ao comunismo, é fundamental compreender sua ética profissional e seu entendimento sobre o papel das Forças Armadas perante o Estado. Deve-se aqui dizer que não há qualquer incompatibilidade fundamental entre os militares e o marxismo. Samuel Huntington (1996, pp. 111-112) identifica diversos pontos de convergência ideológica entre a ética militar e o marxismo, como o apego ao estudo da História, a tendência a ver o mundo em um estado de luta permanente e o reconhecimento da importância do poder e dos grupos nos problemas humanos. Outro ponto de identificação pode ser encontrado na ênfase que os militares dão ao grupo em detrimento do individualismo, por entenderem que *o sucesso em qualquer atividade exige a subordinação da vontade individual à vontade do grupo* (HUNTINGTON, 1996, p. 82).

O Conservadorismo dos Militares

O principal ponto de conflito entre a ética militar e o comunismo está localizado na ideia da Revolução, implicando em supressão das instituições tradicionais e no uso de violência política nesse processo. Deve ser entendido que os militares são por natureza conservadores, mas que esse conservadorismo não resulta de uma propensão natural das pessoas que aderem à profissão das armas, mas é resultado do exercício da profissão e da educação militar. A guerra, função militar primordial, é a mais arriscada de todas as atividades humanas. Para as pessoas diretamente envolvidas – majoritariamente os soldados –, a guerra representa o risco de sofrimento físico, mutilação, morte e de deixar seus dependentes ao abandono. Para a sociedade como um todo, a guerra significa destruição de vidas e patrimônio e incerteza no futuro. A conduta da guerra não é, portanto, atividade que admita decisões precipitadas e experimentos superficiais. Embora para a maioria das forças armadas a guerra seja uma experiência esporádica, a educação militar e o treinamento das tropas enfatizam permanentemente essa realidade.

A educação militar reflete o conservadorismo em duas vertentes. A primeira é a que incentiva a reprodução de comportamentos e práticas militares consagradas, por meio do uso de fórmulas doutrinárias expressas nos manuais de combate e nos regulamentos militares. Essa vertente da educação militar também se reflete na grande importância dada ao estudo da História nas academias militares e escolas de estado-maior, buscando extrair ensinamentos das experiências militares do passado. Referindo-se ao conservadorismo dos oficiais das Forças Armadas estadunidenses, Morris Janowitz (1967, p. 239) fez uma constatação que é perfeitamente aplicável ao caso brasileiro:

Sua educação, na qual a história militar é usada como fonte de inspiração, deu especial ênfase ao precedente e à tradição. A todos, salvo os mais aventureiros e ousados membros do núcleo da elite, a carreira bem sucedida ensinou as virtudes de praticar o jogo conforme as regras.

A segunda vertente também se relaciona com o estudo da História, mas agora com o intuito de desenvolver virtudes cívicas e militares e de instilar nos aprendizes os valores correspondentes a essas virtudes, pois embora a guerra seja uma realidade brutal, não há atividade humana na qual as questões morais sejam tão evidentes e cruciais. Decisões que resultam na matança de pessoas, na destruição de bens particulares e de patrimônio público não podem ser tomadas sem forte respaldo da ética. A educação militar busca extrair do passado modelos de comportamento pessoal diante das situações limite com as quais os futuros oficiais poderão ter que lidar. Vem daí o culto a grandes líderes e feitos de armas, pois é da lembrança de atos de coragem, desprendimento e sacrifício perpetrados por soldados do passado que o homem, contrariando seus impulsos naturais de fugir ou esconder-se diante do perigo, torna-se capaz de cumprir seu dever a despeito de todos os riscos.

Finalmente, como corolário da subordinação das forças militares às instituições políticas, os militares desenvolvem forte aceitação dessas instituições. É por meio desse mecanismo que o controle civil das forças armadas gera e estimula o conservadorismo militar.

O Apego à Hierarquia e à Disciplina

Os militares são fortemente apegados aos princípios de hierarquia e disciplina e aos valores de obediência e de lealdade. Embora os termos *hierarquia* e *disciplina* só apareçam explicitamente como bases da organização das Forças Armadas brasileiras a partir da Constituição de 1946 e nas subsequentes,⁴ a prescrição do dever de obediência das Forças Armadas aparece no ordenamento jurídico brasileiro desde a Constituição de 1824.⁵ Samuel Huntington (1996, p. 91) destaca a absoluta necessidade de preservação da hierarquia e da obediência como fundamento da profissão militar:

A profissão militar existe para servir o Estado. [...] Como a direção política só vem da cúpula, isso significa que a profissão tem que se estruturar numa hierarquia de obediência. E para que a profissão desempenhe sua função, cada escalão dela deve ser capaz de merecer a obediência leal e instantânea dos subordinados. Sem esse relacionamento, o profissionalismo militar é impossível. Em consequência, lealdade e obediência são as virtudes militares mais altas.

Essa observação de Huntington, entretanto, não explica tudo. O apego dos militares à hierarquia e à disciplina não é fruto apenas das prescrições legais, do sentido de dever profissional, da educação militar ou da prática cotidiana, mas se origina na própria essência da profissão: a defesa do Estado diante dos maiores perigos. João Manoel Simch Brochado destaca os fatores *hierarquia* e *disciplina* como fundamentos da eficácia das instituições militares, dando-lhes sentido de coesão. Brochado (2001, pp. 105-106) observa que, para cumprirem sua função e garantirem a vitória militar, as forças militares *precisam manter o desempenho semelhante ao de uma ferramenta que adquire sólida unidade com a reunião de seus componentes, tornando-se uma realidade nova, indissociável, indiscutível e previsível [...].* A seguir, ressalta que esse efeito só pode ser obtido por meio de três *fatores ativantes*, a saber: a *“autoridade militar”* capaz de criar [...] o *“poder das armas”* [...]; a *“disciplina militar”*, que gera obediência sem discussão em momentos de crise ou grave perigo; e a *“hierarquia militar”*, como sendo uma *ordem impessoal que estabelece níveis de “autoridade” e de subordinação, transformando essa “obediência” reativa no ligamento capaz de resguardar a “indissociabilidade” do instrumento [...]* (BROCHADO, 2001, p. 106). Deve-se lembrar, neste ponto, que a preocupação dos militares com a eficiência das instituições armadas não é perfunctoria, mas fundamental: o fracasso militar, via de regra, tem consequência trágicas, resultando em sofrimento, destruição de vidas e patrimônio e dissolução do Estado.

Monopólio Estatal da Violência

Deve-se também levar em conta que os militares são ciosos da titularidade do exercício do monopólio estatal da violência e não admitem disputar essa prerrogativa. Para Max Weber (1999, pp. 525-526),

[S]omente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, [...]: o da coação física. [...] Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território [...], reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do "direito" de exercer coação.

A esse respeito, Hedley Bull (2002, p. 212) destaca que:

Os estados soberanos têm procurado preservar para si o monopólio do emprego legítimo da violência. Este processo desenvolveu-se em duas etapas. A primeira, pela distinção entre a guerra pública, praticada sob a autoridade pública, e o conflito privado, a "guerra" sem tal autoridade, e mais tarde extinta. A segunda etapa foi marcada pela emergência da idéia de que o estado é a única entidade pública competente para conferir tal autoridade.

Como instrumento estatal destinado a exercer o monopólio legal da violência, o papel das forças armadas é opor-se a qualquer iniciativa de uso da força por indivíduos ou organizações estranhas ao Estado, cabendo-lhes empregar os meios de que dispõe para impor esse monopólio. Como profissionais da administração da violência legal, os militares têm natural aversão a qualquer pessoa ou grupo que se proponha a empregar a força sem o aval legalizador do Estado.

O DISCURSO COMUNISTA E O PROJETO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Nos anos 1960 e 1970, era quase consensual entre a esquerda latino-americana a decisão de provocar uma conflagração armada no continente. A violência revolucionária era vista como a solução para os problemas políticos e sociais de todos os países, como expressa Che Guevara (2001, p. 497-498) ao afirmar que *frente a la decisión de alcanzar sistemas sociales más justos en América, debe pensarse fundamentalmente en la lucha armada*, prevendo, em linguagem dramática, que para o triunfo da revolução latino-americana e a implantação de regimes socialistas, *correrán ríos de sangre*.

Uma segunda constatação extraída dos textos de Guevara e que impacta fortemente no sentimento anticomunista que se desenvolveu no seio das Forças Armadas brasileiras é o desprezo e hostilidade que aquele revolucionário nutre pelos militares profissionais latino-americanos, como fica evidente quando afirma que eles

no sirven para otra cosa en revolución que para dar armas para que el pueblo se arme. La única misión que puede tener un grupo de ejército es dejarse desarmar y de allí para adelante hay que dejarlo tranquilamente [...] (GUEVARA, 2001, p. 480).

Em outro trecho, assegura que os exércitos regulares são impotentes para enfrentar as forças irregulares dos camponeses, e que se desmoralizam quando têm de enfrentar

un enemigo invisible que no les ofrece ocasión de lucir sus tácticas de academia y sus fanfarrias de guerra, de las cuales tanto alarde hacen para reprimir a los obreros y a los estudiantes en las ciudades (GUEVARA, 2001, p. 502).

A hostilidade ao exército regular e sua identificação como alvo da violência revolucionária também aparece quando, ao usar a revolução Cubana como modelo para as revoluções na América Latina, Guevara (2001, p. 481) afirma que uma de suas premissas es *destruir el ejército, pero inmediatamente como condición indispensable para tomar el poder seriamente*.

Ainda nesse sentido de apontar a destruição das forças armadas regulares como tarefa revolucionária fundamental, Guevara (2001, pp. 410-411) considerava que já existiam as condições objetivas para a revolução na América Latina, o que faltava eram apenas as condições subjetivas, das quais a mais importante era a fé na possibilidade de vitória *por la vía violenta*, mas enfatizava que essas condições podiam ser criadas pela própria luta armada, cujo desenlace final seria *la derrota del ejército por las fuerzas populares y su posterior aniquilamiento* ("como condición imprescindible a toda revolución verdadera"). Neste sentido a *etapa de la consolidación del poder revolucionario será la liquidación del antiguo ejército [...]*.

Os textos de Guevara também deixam claras e indiscutíveis as expressões de ódio ao inimigo capitalista, e define explicitamente o ódio como fator de luta; e enfatiza: *el odio*

intransigente al enemigo, que impulsa más allá de las limitaciones naturales del ser humano y lo convierte en una efectiva, violenta, selectiva y fría máquina de matar (GUEVARA, 2001, p. 595). Guevara clama por *la muerte inmisericorde al opresor*, e recomenda que *cuanto más pronto se esgriman los machetes sobre las cabezas de los [...] explotadores de todo tipo y de su cabeza visible, el ejército opresor, mejor será* (GUEVARA, 2001, p. 503).

A extensão e o descontrolo da violência revolucionária podem ser avaliados a partir de algumas observações feitas pelo próprio Guevara (2001, p. 488) ao admitir, com franqueza, que *[n]osotros, en la Sierra hemos fusilado gentes, sin saber si eran totalmente culpables, pero hay un momento en que la Revolución no puede pararse a averiguar demasiado, tenía la obligación sagrada de triunfar*. Como exemplos de outros abusos, cita casos ocorridos na localidade de Matanzas, onde os chefes da Revolução saíram pelas ruas levando cordas e convidando o povo a promover enforcamentos. Cita também casos de corrupção, nos quais revolucionários se valeram das suas posições de força para obterem vantagens materiais, como conseguir casas, carros, e alimentos racionados (GUEVARA, 2001, p. 489-490).

No Brasil do início da década de 1960, a movimentação das esquerdas dava mostras de adesão ao projeto revolucionário latino-americano propugnado por Guevara e incentivado pelo novo governo cubano. Como apontou Denise Rolemberg (2001, p. 8), *desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da exportação da revolução para os países latinoamericanos [sic] se colocou na ordem do dia*. No caso brasileiro, desde 1961 militantes de esquerda e membros das Ligas Camponesas faziam treinamento de guerrilha em Cuba. A assistência militar cubana a movimentos destinados à derrubada violenta de governos brasileiros legítimos incluía o apoio à formação de campos de treinamento de guerrilhas no Brasil e o fornecimento de armas, dinheiro e orientação para a implantação da guerrilha (ROLEMBERG, 2001, p. 18).

Essa decisão de fazer a revolução socialista com o emprego da violência é confirmada por Jacob Gorender, um dos principais líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e mais tarde, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Segundo Gorender (1998, p. 51-52), a radicalização da esquerda e sua opção pela guerrilha teve um de seus expoentes em Francisco Julião, que, como líder das Ligas Camponesas do Nordeste, abandonou a linha legalista defendida pelo PCB e passou a pregar a reforma agrária *“na lei ou na marra, com flores ou com sangue”*. Em abril de 1962, Julião viria a criar o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), cuja direção *incitada pelo foquismo cubano, [...] se orientou no sentido da preparação da luta armada*, vindo a comprar algumas fazendas a instalar campos de treinamento de guerrilha.

Gorender (1998, p. 53) também registra *que desde 1962, fazia-se notar a presença de novo elemento nas campanhas anti-imperialistas: os subalternos das Forças Armadas*. Inicialmente, essa politização das praças foi evidenciada na crise política de agosto de 1961, envolvendo sargentos da Aeronáutica, mas logo se expandiu para os graduados das demais Forças Armadas e das polícias militares estaduais, acabando por atingir os marinheiros e fuzileiros navais.⁶

Um dos maiores defensores da luta armada como caminho para a construção do socialismo no Brasil foi o Carlos Marighella. Nos seus textos, fica clara a opção pela via violenta para a tomada do poder e o uso de linguagem agressiva e depreciativa, quando se refere às Forças Armadas brasileiras, como se vê nos trechos abaixo (MARIGHELLA, 1967, § Aniquilar as Forças do Inimigo: Tarefa Fundamental da Guerrilha):

A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos. Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos, como as forças militares convencionais dos "gorilas" brasileiros.[...]

Quando se trata das forças militares dos "gorilas" brasileiros, "aniquilar" também quer dizer desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as reacionárias forças armadas nacionais completamente destruídas.

Também fica evidente nos textos de Marighella (1967, § A Estratégia Global da Guerrilha) a adesão da esquerda brasileira ao projeto revolucionário cubano, quando afirma que um dos objetivos da sua estratégia revolucionária era *concretizar a solidariedade a Cuba através da luta armada em nosso país*, e prossegue:

A revolução cubana e Cuba socialista são vanguardas da revolução latinoamericana, constituem nossos aliados fundamentais e nosso mais firme ponto-de-apoio em virtude de sua luta contra o imperialismo norte-americano. Para nós, é uma questão de princípio estar a favor da revolução cubana e encaminhar a guerrilha brasileira por uma estratégia global, capaz de criar obstáculos ao bloqueio e à posição agressiva dos Estados Unidos contra Cuba.

Mas o caso mais marcante do uso da violência para a tomada do poder e a instalação de um governo comunista no Brasil foi o episódio que ficou conhecido como a Intentona Comunista de novembro de 1935, promovida pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) com apoio financeiro, material e de pessoal da União Soviética.⁷ O levante, liderado por Luís Carlos Prestes, foi em poucos dias suprimido pelo governo Vargas, que nas semanas subsequentes foi capaz de prender diversos líderes da conspiração e apreender grande quantidade de documentos que comprovavam as conexões da União Soviética com o movimento (WAACK, 1998, pp. 255-256). A ampla divulgação do levante e do envolvimento de um Estado estrangeiro em uma rebelião armada que pretendia derrubar o governo brasileiro marcou fortemente a opinião pública e os membros das Forças Armadas.⁸ A imprensa também deu repercussão a alguns casos em que os rebeldes assassinaram oficiais que eram seus camaradas de unidade até a véspera, deixando uma marca indelével na memória coletiva da oficialidade do Exército.⁹

A prisão, em 1940, dos responsáveis pelo assassinato da jovem Elvira Copello Coloni, conhecida como “Elza”, amante de Antônio Maciel Bonfim, ou “Miranda”, secretário-geral do PCB, contribuiu para a criação de uma imagem de crueldade e amoralidade sobre os membros do Partido envolvidos no levante. Sob a suspeita de que havia dado informações à polícia, facilitando a prisão de alguns membros do complô fracassado, Elza foi condenada à morte por um “tribunal revolucionário”, embora não houvesse qualquer evidência do seu “crime”. Como houve certa relutância em executá-la, Prestes emitiu, por carta, uma ordem expressa para o assassinato da moça. Elza foi estrangulada por três homens, teve seus ossos quebrados para que seu corpo fosse colocado em um saco de anagem e foi enterrada no quintal da casa que lhes servia de “aparelho”.¹⁰

Poucos meses antes do desencadeamento do levante, Prestes havia divulgado ao País o Manifesto da Aliança Libertadora Nacional. No texto desse manifesto é possível encontrar elementos que vão de encontro à ideologia dos militares profissionais. O primeiro é a pregação da divisão entre os oficiais das Forças Armadas, que fica clara quando Prestes afirma que:

Com a Aliança ficarão os melhores oficiais das forças armadas do país, todos aqueles que serão incapazes de conduzir seus soldados contra os libertadores do Brasil e muitos dos quais já demonstraram, em lutas anteriores, que ficarão com o povo contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo. [...] Com a Aliança estarão todos os heroicos combatentes dos movimentos armados que se sucedem no país, desde 1922. (PRESTES, 1935, § As Classes Armadas)

Também aparece no Manifesto o incitamento à violência revolucionária, como no trecho em que Prestes expõe como ocorrerá a tomada do poder:

Mas o poder só chegará nas mãos do povo através dos mais duros combates. [...] A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizarem a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto.

"A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas." Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las. (PRESTES, 1935, § Como o Poder Chegará às Mãos do Povo)

O SENTIMENTO ANTICOMUNISTA ENTRE OS MILITARES

O anticomunismo que se consolidou no meio militar brasileiro ao longo dos anos 1960-70 surgiu como corolário da propaganda comunista e da ação política das esquerdas ao longo das décadas anteriores. Um dos principais fatores de repulsa era a ameaça que o comunismo trazia aos pilares das instituições militares: hierarquia e disciplina. A oficialidade entendia que a quebra desses fundamentos ameaçavam não apenas suas posições de mando, mas a própria estrutura das Forças Armadas, enquanto instituições capacitadas para agir em situações de crise e de extremo perigo. Falando sobre o dever militar em face da luta ideológica, em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em dezembro de 1961, o general Humberto de Alencar Castello Branco (1968, p. 222) chamou a atenção para o fato de que *[u]ma das prescrições de Lenine para prepará-la [a revolução], é a divisão das Forças Armadas do país a que visa o comunismo*, e alertou: *a falta de coesão do Exército permite o primado de finalidades secundárias e mesmo esdrúxulas, abrindo campo para a expansão de tendências milicianas ou pretorianas*.

O general Leonidas Pires Gonçalves, antigo Ministro do Exército, falando sobre a derrubada do Presidente João Goulart em 1964, identificou causas mediatas e imediatas para o movimento. Dentre as causas mediatas, destacou *a insurreição comunista de 1935, que deixou marcas profundas no Exército*. Quanto às causas imediatas, considerou que as esquerdas cometeram um erro crucial: *nas suas pregações, nas suas atividades, eles abalaram, ou tentaram abalar, dois pilares fundamentais para as Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina* (In MOTTA, 2003, pp. 82-83). Também sobre a influência dos episódios de indisciplina como causas da contrarrevolução de 1964, o coronel Carlos Fernando Freitas Almeida afirmou:

Estou convicto de que, no seio das Forças Armadas, a revolta dos Sargentos e Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, foram o ponto de partida [do Movimento]. [...] Aí chegamos ao extremo da falta de disciplina e hierarquia. A partir desse ponto, as lideranças das Forças Armadas chegaram à conclusão de que só restava fazer o movimento armado. (In MOTTA, 2003, p. 295)

Na época já era bem conhecido o sistema, adotados nos países comunistas, de agregar comissários políticos às unidades militares, encarregados da vigilância ideológica dos comandantes em todos os níveis e compartilhando com estes as decisões militares. Essa prática criava uma hierarquia paralela dentro das unidades, colocava em cheque o senso de competência militar e a autonomia operacional dos oficiais profissionais, além de minar o princípio de unidade de comando e a confiança que deve existir entre comandantes e subordinados, sendo, por essa razão, fortemente repudiado pelos oficiais.

Outra fonte de sentimentos anticomunistas eram o nacionalismo e o patriotismo, típicos dos soldados profissionais. Tais sentimentos entravam em confronto com o internacionalismo proletário do movimento comunista. Sobre isso Castello Branco (1968, p. 216) comenta que o Partido Comunista *[r]ecebe de Moscou a orientação, os objetivos intermediários e os modos de ação. Seus chefes se julgam destacados pelo Partido Comunista da União Soviética, ao invés de se considerarem membros natos de uma comunidade política nacional*. Os oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE) encarregados da elaboração do livro *As Tentativas de Tomada do Poder (ORVIL)*¹¹ (p. 9), por sua vez, chamam a atenção para o fato de o PCB haver sido criado segundo critérios de estrita subordinação à Internacional Comunista, destacando que

Desde o nome e a sigla (PC-SBIC),¹² obedecendo a 17ª condição, até à renúncia ao pacifismo social, o novo Partido aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes, renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se às Repúblicas Socialistas Soviéticas.¹³

O conservadorismo militar também contou para a aversão ao comunismo. O apego ao *status quo* e às instituições, existente entre os oficiais das Forças Armadas, bem como sua tendência à manutenção da ordem, entravam em choque com a proposta de uma revolução socialista, que se propunha a derrubar o governo e as instituições existentes, substituindo-as por algo novo e nunca antes experimentado. A ideia da Revolução também trazia um componente que sofre forte rejeição entre os militares: o uso da força pelas massas rebeldes.

Como profissionais da violência legal e executores do monopólio estatal da força, os militares tendem a reagir com hostilidade a qualquer pessoa ou grupo que se proponha a disputar essa exclusividade. A postura adversa da oficialidade é reforçada por se perceberem depreciados com palavras ofensivas e explicitamente declarados inimigos e objetos de aniquilamento, conforme se pode ver nos textos revolucionários citados neste trabalho.

CONCLUSÃO

A proposta lançada com o Manifesto Comunista é a Revolução. O Manifesto de 1848 faz questão de deixar claro que *os comunistas não se rebaixam em dissimular suas ideias e seus objetivos, e que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes*.¹⁴ Fica evidente que, desde o lançamento do Manifesto Comunista, seus adeptos definem claramente os inimigos e os alvos de sua ação revolucionária violenta: a burguesia e suas instituições, dentre elas, o exército “burguês”. Mais de um século depois, o discurso agressivo adquiria cores locais na América Latina, resultando em episódios de violência política em toda a região.

No Brasil, a tentativa de levante comunista de novembro de 1935 deixou marcas profundas entres os oficiais das Forças Armadas. As graves consequências da desconfiança entre oficiais das mesmas unidades e entre os oficiais e as praças ficaram como alerta permanente dos riscos que a ruptura dos fundamentos constitucionais de hierarquia e disciplina e dos valores da lealdade e da obediência representava para as Forças Armadas. Por meio da pregação agressiva e da tentativa de dividir os militares, buscando introduzir nas fileiras das Forças Armadas o esquema de luta de classe que lhes é tão caro, os comunistas empurraram os militares para uma posição de claro e hostil antagonismo.

Não se pode ao menos dizer que esse efeito era indesejado pelos comunistas, uma vez que a intenção de buscar o conflito era parte da estratégia revolucionária. Não pode tampouco considerar-se surpreendente que as pessoas e grupos a quem eram dirigidas as ameaças se colocassem em franca oposição, e que os mais agressivos se decidissem a enfrentá-las pela força.

NOTAS DE FIM

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. [São Paulo]: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. p. 58.

² Ver MOTTA, Ricardo Patto Sá. **Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002; MENDES, Ricardo Antônio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. Juiz de Fora, **Revista Locus**, 2004, v. 10; e PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** – São Paulo, julho 2011.

³ Ver GUEVARA, Ernesto (Che). **Obras Escojidas 1957-1967**. Havana: Ediciones Políticas, 2001. pp. 493-494.

⁴ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, Art. 176. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, Art. 92. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 142.

⁵ Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824, Art. 147. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, Art. 14. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, Art. 162. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, Art. 161.

⁶ Sobre a politização e rebelião dos marinheiros, ver CAPITANI, Avelino Bioen. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. pp. 17-59.

⁷ William Waack apresenta listas detalhadas das remessas de valores para financiar a conspiração e das prestações de contas enviadas a Moscou pelos seus agentes no Brasil. Ver WAACK, William. **Camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. pp. 209-210.

⁸ Ver **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 25 Nov 1935, 1ª Ed; **Diário da Tarde**, Rio de Janeiro, 27 Nov 1935, 2ª Ed; **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 Nov 1935, edições das 9 horas e das 11 horas, 27 Nov 1935, edição das 17 horas, 29 Nov 1935, edição das 11 horas e 11 Dez 1935, edição das 17 horas; **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 Nov 1935; **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 Nov 1935 e 04 Dez 1935; **O Cruzeiro**, 07 Dez 1935; **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, terça-feira, 10 Dez 1935, p. 1, quarta-feira, 11 Dez 1935, p. 1; **Folha da Manhã**, São Paulo, quinta-feira, 12 Dez 1935, p. 2; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, quarta-feira, 04 Dez 1935, p. 12, sexta-feira, 06 Dez 1935, P. 1, e sábado, 07 Dez 1935, p. 13.

⁹ Ver **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, quarta-feira, 27 Nov 1935, 3ª Ed; **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 29 Nov 1935, p. 5, sábado, 30 Nov 1935, pp. 1 e 3, terça-feira, 03 Dez 1935, pp. 1 e 3; **A Noite**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 02 Dez 1935, p. 3; **Folha da Manhã**, São Paulo, quinta-feira, 28 Nov 1935, p. 2, e sexta-feira, 29 Nov 1935, p. 1.

¹⁰ Ver WAACK. Op. Cit. pp. 295-296; DULLES, John W. F. **O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Tradução de Raul Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. pp. 26-30.

¹¹ Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em 29 Jan 2012. Esse texto foi produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) – atual Centro de Inteligência do Exército –, por determinação do Ministro do Exército, general-de-exército Leonidas Pires Gonçalves, em 1985, como uma visão do Exército Brasileiro sobre o processo de tentativas comunistas de tomada do poder no Brasil. A fim de preservar o texto até que fosse autorizada a sua publicação, o projeto teve inicialmente caráter sigiloso e recebeu o nome código de ORVIL (palavra livro escrita ao contrário). O livro, com quase mil páginas, ficou pronto em 1987, mas o general Leonidas preferiu não publicá-lo, em benefício do clima de redemocratização vigente no país e com o intuito de colaborar com a reconciliação. O texto original ficou inédito durante anos, embora algumas cópias tenham circulado de forma muito restrita no meio militar.

¹² Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista.

¹³ O trecho se refere às 21 Condições Para Participar da Internacional Comunista, estabelecidas no II Congresso da Internacional Comunista (Comintern) em 1920. DULLES (Op. Cit. p. 9) observa que o PCB havia nascido como uma seção do Comintern, recebia ordens de Moscou e deixara claro, desde o começo, que lhe agradaria derrubar qualquer governo burguês que estivesse no poder. Dentre diversas exigências que caracterizavam a subordinação de todos partidos comunistas à direção política daquela organização e ao Partido Comunista da União Soviética, a 17ª condição determinava que *todos os partidos aderentes à IC devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”*. *A mudança não é simples formalidade e, sim, de uma importância política considerável, para distingui-los dos partidos socialdemocratas ou socialistas, que venderam a bandeira da classe operária*. Apud. CARONE, Edgard. *A Internacional Comunista e as 21 condições*. Disponível em http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=109.

¹⁴ MARX; ENGELS. Op. Cit. p. 58.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. Sobre a Revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER (Projeto ORVIL). Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em 26 Jan 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política (02 Vol.), 11ª Ed. Tradução de Carmen C. Varriale et. al.; coordenação de tradução por João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 05 Fev 2012.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 05 Fev 2012.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 05 Fev 2012.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 05 Fev 2012.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (De 18 de setembro de 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 05 Fev 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 05 Fev 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 Fev 2012.
BROCHADO, João Manoel Simch. O Caráter dos Soldados. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. 1ª Ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CAPITANI, Avelino Bioen. A Rebelião dos Marinheiros. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARONE, Edgard. A Internacional Comunista e as 21 condições. Disponível em http://www.acesa.com/gramsci/texto_impresao.php?id=109. Acesso em 11 Fev 2012.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Marechal Castello Branco, Seu Pensamento Militar. Organização do coronel Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

DULLES, John W. F. O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial. Tradução de Raul Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 5ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUEVARA, Ernesto (Che). Obras Escojidas 1957-1967. Havana: Ediciones Políticas, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações Entre Civis e Militares. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, Morris. O Soldado Profissional: Estudo Social e Político. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

MARIGHELLA, Carlos. Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/06/422822.pdf>. Acesso em 29 Jan 2012.

_____. Algumas Questões Sobre as Guerrilhas no Brasil. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marighella/1967/10/guerrilhas.htm>. Acesso em 29 Jan 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. [São Paulo]: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf. Acesso em 24 Jan 2012.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. "As direitas e o anticomunismo no Brasil (1961-1965)". Locus – Revista de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004, v. 10. pp. 79-97.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). 1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a Sua História (15 Vol.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. "O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica". Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300671784_ARQUIVO_OanticomunismoeoesquerdamilitarnoBrasilumaanalisehistoriografica.pdf. Acesso em 26 Mai 2012.

ROLLEMBERG, Denise. O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: O Treinamento Guerrilheiro. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf. Acesso em 24 Jan 2012. Publicado pela Editora Mauad em 2001.

WAACK, William. Camaradas. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Vol 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

Artigo apresentado no III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2012.

Citação:

PEDROSA, F.V.G. Ideologia e ética militar no Brasil. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Volume 3, nº 27, 3º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

Resumo:

Este trabalho busca explicar o sentimento anticomunista que se desenvolveu entre a oficialidade das Forças Armadas brasileiras em meados do Século XX e suas inter-relações com o projeto de revolução brasileira em gestação no início da década de 1960. O anticomunismo militar é apresentado como uma consequência da incompatibilidade entre a proposta de revolução para a implantação do socialismo pela via armada e certos aspectos centrais da ideologia e da ética profissional militar.

Palavras-Chave: Anticomunismo; Ideologia; Militares.

Autor:

FERNANDO **VELÔZO** GOMES PEDROSA – Coronel R1 do Exército Brasileiro

Pesquisador Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ.

Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1978). Realizou o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1988) e os cursos de Altos Estudos Militares (1994) e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (2005) pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Centro de Estudos Militares da Guatemala, como instrutor convidado. Foi subcomandante e subdiretor de ensino da AMAN de 2007 a 2009. Atuou como pesquisador da Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército. Tem experiência nas áreas de Defesa, Estratégia, História Militar, Administração Pública e Educação Militar.

<http://lattes.cnpq.br/6146470504474363>

Email: velozopedrosa@yahoo.com.br

Endereço para correspondência:

Instituto Meira Mattos, ECEME
Praça General Tibúrcio, 125 Praia Vermelha
Rio de Janeiro RJ CEP: 22290-270

Selecionado para publicação em novembro de 2012.